

## **(IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DIANTE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Guilherme Henrique Silveira<sup>1</sup>  
Jefferson Calili Ribeiro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho discorre sobre (im)possibilidade jurídica da responsabilização penal diante a violência obstétrica. Neste propósito, questiona-se: de que forma são analisadas as possibilidades jurídicas de responsabilização penal diante a violência obstétrica? Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar a possibilidade jurídica de responsabilização penal em caso de violência obstétrica, a fim de compreender se, há ou não, a possibilidade de responsabilização penal visto que a violência obstétrica, apesar de ser um fato recorrente, não encontra especificidade no tipo penal. O assunto se faz relevante por ser algo bem discutido nos tempos atuais, o que o torna um tema interessante para ser discutido também no meio jurídico e acadêmico. Apesar de não ser definida como crime, a violência obstétrica encontra amparo legal em algumas leis, como a Lei Maria da Penha e a CRFB/88 que visam resguardar a integridade física e moral. Por meio da pesquisa bibliográfica, constata-se que é possível afirmar que a violência obstétrica se caracteriza por procedimentos sem consentimento da gestante, que por sua vez tiram dessa gestante sua autonomia tanto de escolha como do seu sim aplicação de uma pena pessoal e que é intransferível. Como na esfera penal não há um tipo penal específico em que se puna os agentes causadores dessa violência é preciso que se recorra à esfera civil para que esse agente responda de alguma forma ou por danos materiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestante. Violência obstétrica. Crime (im)possibilidade jurídica. Responsabilização penal.

### **ABSTRACT**

This work disagrees on the legal (im)possibility of criminal liability in the face of obstetric violence. For this purpose, the question is: how are the legal possibilities of criminal liability in the face of obstetric violence proven? Therefore, the general objective of the work is to analyze the legal possibility of criminal liability in the case of obstetric violence, in order to understand whether or not there is the possibility of criminal liability given that obstetric violence, despite being a recurring event, does not find specificity in the criminal type. The subject is relevant because it is something that is well discussed in current times, or that makes it an interesting topic to also be discussed in legal and academic circles. Despite not having been defined as a crime, obstetric violence finds legal support in some laws, such as the Maria da Penha Law and CRFB/88, which aim to protect physical and moral integrity. Through bibliographical research, it was found that it is possible to affirm that obstetric violence is characterized by procedures without the pregnant woman's consent, which in turn

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Coronel da Força Aérea Brasileira (FAB) do quadro de reformados. Médico com especialização em ginecologia, obstetria e ultrassonografia.

<sup>2</sup> Mestre em Gestão Integrada do Território (GIT) pela Univale - MG e Especialista em Direito Médico e em Ciências Criminais. Professor de Direito Penal e Prática Processual Penal na Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Advogado. e-mail: mf.jcalili@hotmail.com

take away from this pregnant woman her autonomy both in terms of choice and her application of a personal penalty and which is non-transferable. As in the criminal sphere there is no specific criminal type in which the agents causing this violence are punished, it is necessary to resort to the civil sphere so that this agent can respond in some way or for material damages.

**KEYWORDS:** Pregnant. Obstetric violence. Legal (im)possibility crime. Criminal liability.

## **SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO.** 1.1 HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL E ORIGEM DO TERMO. **2 O QUE SE ENTENDE POR VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.** **3 O BEM JURÍDICO TUTELADO NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.** 3.1 A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO ELEMENTO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. **4 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.** **5 TRATAMENTO LEGAL DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL.** 5.1 PROJETOS DE LEI. **6 CONCLUSÃO.** **REFERÊNCIAS.**

## **1 INTRODUÇÃO**

A violência obstétrica é um tema de grande relevância e complexidade, que tem despertado a atenção tanto da sociedade quanto dos estudiosos do direito. Trata-se de uma forma de violência baseada em gênero, que ocorre durante o processo de atendimento à gestante, seja durante o pré-natal, o parto ou o pós-parto. Essa violência pode se manifestar de diversas maneiras, desde a falta de informação e respeito até a realização de procedimentos invasivos e desnecessários sem o consentimento da mulher. Diante desse contexto, surge a questão sobre a possibilidade jurídica de responsabilização penal dos profissionais de saúde envolvidos nesses casos.

A violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação de gênero que afeta principalmente as mulheres durante um momento crucial de suas vidas: a gestação e o parto. Embora a gravidez e o parto sejam processos naturais, muitas vezes são permeados por abusos, desrespeito e violações dos direitos das mulheres. Essas violações podem ter um impacto profundo na saúde física e emocional das mulheres, comprometendo sua autonomia, dignidade e bem-estar.

É importante ressaltar que a violência obstétrica não se restringe apenas às ações físicas, como agressões físicas e intervenções médicas invasivas sem consentimento. Ela também inclui violência psicológica, verbal e institucional, que podem ser igualmente traumáticas e prejudiciais para as mulheres. Essas formas de

violência podem levar a consequências negativas tanto para a mãe quanto para o bebê, afetando a saúde física e emocional de ambos.

Diante desse cenário, surge o questionamento sobre a possibilidade jurídica de responsabilização penal dos profissionais de saúde envolvidos na prática da violência obstétrica. A responsabilização penal é uma das formas de enfrentar essa violência e garantir que os direitos das mulheres sejam protegidos e respeitados. No entanto, essa questão não é simples e envolve uma análise cuidadosa das normas jurídicas existentes, bem como das peculiaridades e desafios do sistema de saúde.

Neste artigo, buscaremos analisar a (im)possibilidade jurídica da responsabilização penal diante da violência obstétrica, considerando os aspectos legais, éticos e de saúde envolvidos nessa discussão. Será realizada uma análise crítica das normas existentes, bem como uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas efetivas e uma maior conscientização sobre a violência obstétrica. Ao final, esperamos contribuir para o debate e fomentar a busca por soluções que garantam uma assistência obstétrica humanizada, respeitosa e livre de violência.

## 1.1 HISTÓRICO DA VIOÊNCIA OBSTÉTRICA E ORIGEM DO TERMO

A violência obstétrica é um fenômeno que tem sido amplamente discutido nos últimos anos. Trata-se de uma forma de violência que ocorre durante o processo de assistência ao parto e pós-parto, afetando a integridade física, emocional e psicológica das mulheres

O termo Violência Obstétrica no Brasil foi inserido na legislação de países Latino Americanos no início do século 21, diante do uso indiscriminado de práticas sem embasamento científico, desaconselhados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O alto número de cesarianas realizadas no Brasil, detém a vice-liderança mundial de partos cirúrgicos, perdendo apenas para práticas exercidas na República Dominicana, segundo estudo publicado na The Lancet, revista britânica. Pesquisa coordenada pela Fiocruz, a Nacer no Brasil, revelou que 53,5% das mulheres entrevistadas que passaram pelo parto normal sofreram corte no períneo (Rodriguez, 2022).

O termo nomeado como Violência Obstétrica, criado pelo médico Rogélio Pérez D'Gregório, surgiu na América Latina no ano 2000. O termo é usado para

descrever situações de violações de direitos das mulheres durante a gravidez, o parto, o pós-parto e em casos de abortamento.

Dentre as diversas definições do termo, Souza (2022) apresenta:

Atos que provoquem danos físicos e ou psicológicos à mulher, praticados por profissional da saúde ou de outras áreas, mas que atuem indiretamente nessa assistência, assim como atos que firam os princípios de autonomia e liberdade de escolha sobre procedimentos a serem realizados no corpo da mulher e aos direitos garantidos, como acesso à informação e assistência baseada em evidência.

A violência obstétrica é um problema estrutural que se configura como uma questão de saúde pública.

Na década de 1980, debates sobre violência contra a mulher começaram a questionar práticas tradicionais de assistência ao nascimento que feriam os direitos humanos das mulheres, já garantidos em lei. Várias eram as denúncias sobre fatos na cena do parto. Algumas respostas começaram a surgir quando movimentos de mulheres passavam a discutir autonomia, corpo feminino, direitos sexuais e reprodutivos, individualidade, ciência feminista e Medicina Baseada em Evidências. “Os casos de abusos e maus tratos físicos e psicológicos refletiam questões de gênero engendradas pela cultura sexista e repercutiam o resultado de uma estrutura de sistema de saúde inserido em um contexto capitalista e industrial”, escreve Souza (2022)

Desde 1996, a OMS restringe o uso de determinadas práticas durante o parto a situações específicas. Entre as práticas violentas, há condutas fáceis de identificar, como xingamentos ou agressões físicas. Mas não somente, técnicas médicas adotadas rotineiramente sem sustentação científica também entram no rol, como a episiotomia, realizada com base na crença de que facilitaria o nascimento e preservaria a integridade genital da mulher, e a manobra de Kristeller, quando mãos, braços, cotovelos são usados para pressionar a barriga da gestante, forçando a saída do bebê.

No Brasil, após rever condutas na assistência ao nascimento, o Ministério da Saúde lançou, em 2001, publicação na qual define que a episiotomia de rotina e a manobra de Kristeller, entre outras, são procedimentos “claramente prejudiciais ou ineficazes” e devem ser eliminados. Ainda assim, até hoje ainda são adotadas no país. A redução da violência obstétrica passa por transformações na formação profissional.

Se comparado ao cenário de 1980, houve mudanças na assistência ao parto no país, especialmente, a partir de iniciativas como o projeto Apice On, de 2017, e a Rede Cegonha, de 2011, criadas pelo Ministério da Saúde e realizada em parceria com instituições públicas, entre elas, o Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz - em abril deste ano, o governo federal substituiu a Rede Cegonha pela Rede Materno Infantil (RAMI)

Ao longo da história, diversos casos de violência obstétrica têm sido relatados, evidenciando a necessidade de mudanças no sistema de assistência ao parto. As mulheres mais vulneráveis à violência obstétrica são as pobres, pretas, pardas, periféricas e LGBTQs.

O Projeto de Lei 422/23 inclui a Violência Obstétrica entre os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha.

A melhor maneira de prevenir essas situações de abuso é educar e informar as pessoas, para que tanto as mulheres quanto a sociedade como um todo possam combatê-las.

Para construir uma perspectiva histórica, utilizaremos de referenciais teóricos, e pesquisa nas legislações.

O Quadro 1 apresenta uma linha do tempo, destacando alguns exemplos marcantes de ações obstétricas consideradas violência obstétrica, segundo Rodriguez (2022).

Quadro 1 – Exemplos históricos de ações consideradas violência obstétrica.

Período	Condutas obstétricas
Século XIX	A obstetrícia era dominada por homens, e as mulheres tinham pouca ou nenhuma autonomia durante o parto. Nesse período, era comum a prática da episiotomia (incisão cirúrgica no períneo) sem o consentimento da mulher, causando dor e trauma desnecessários
Década de 1920	Nos EUA, a prática da lobotomia pré-frontal foi utilizada como forma de controle e punição de mulheres consideradas "problemáticas" durante o parto. Essa técnica consistia na remoção de partes do cérebro, causando danos irreversíveis às mulheres.
Década de 1950	A prática da amarração das mulheres durante o parto era comum em muitos hospitais. Essa ação restritiva limitava a mobilidade e a liberdade das mulheres, causando desconforto e aumentando o risco de complicações.
Década de 1970	A medicalização excessiva do parto se tornou uma prática comum, com o uso indiscriminado de intervenções como a cesariana e a indução do trabalho de parto sem indicação médica. Essas ações muitas vezes eram realizadas sem o consentimento informado das mulheres, violando seu direito à autonomia e à escolha.
Década de 2000	Casos de violência obstétrica começaram a ganhar mais visibilidade e denúncias. Relatos de mulheres sendo humilhadas, xingadas, agredidas verbal e fisicamente por profissionais de saúde durante o parto se tornaram mais frequentes.

Fonte: Elaboração do Autor (2023).

Como se observa, um breve relato histórico da violência obstétrica mostra a necessidade urgente de mudanças no sistema de saúde, visando garantir o respeito aos direitos das mulheres durante o processo de assistência ao parto.

Embasada em leis nacionais e internacionais, a luta contra a violência obstétrica requer a conscientização da sociedade, a capacitação dos profissionais de saúde e a implementação de políticas públicas efetivas. Somente assim poderemos garantir um parto humanizado e respeitoso para todas as mulheres

## **2 O QUE SE ENTENDE POR VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Conforme Andrade e Aggio (2014), a violência obstétrica refere-se a condutas abusivas, desrespeitosas e violadoras dos direitos humanos das mulheres no contexto da assistência à saúde durante a gestação, parto e pós-parto. Essa forma de violência pode ocorrer tanto no âmbito público quanto no privado e abrange desde a falta de informação adequada e de respeito às escolhas da mulher até intervenções médicas desnecessárias e agressões verbais e físicas.

A violência obstétrica é um fenômeno complexo que envolve diversas formas de violência e violação dos direitos das mulheres. É importante ressaltar que essa violência não se limita apenas a ações físicas evidentes, como agressões físicas durante o parto, mas também engloba uma série de condutas e práticas que podem causar danos físicos, psicológicos e emocionais às mulheres.

Um dos aspectos centrais da violência obstétrica é a falta de respeito à autonomia e à dignidade das mulheres. Isso se manifesta quando as decisões e preferências da mulher não são levadas em consideração durante o processo de assistência obstétrica, sendo desconsideradas suas escolhas em relação ao parto, ao uso de medicamentos, à posição para dar à luz e à presença de acompanhantes, por exemplo. A imposição de procedimentos invasivos e desnecessários sem o consentimento informado da mulher também caracteriza uma forma de violência obstétrica, enfatiza o ensinamento de Andrade e Aggio (2014):

Entende-se por violência obstétrica qualquer ato exercido por profissionais da saúde, no que cerne ao corpo e aos processos reprodutivos das mulheres, exprimido através de uma atenção desumanizada, abuso de ações intervencionistas, medicalização e a transformação patológica dos processos de parturição fisiológicos.

As ações para o parto seguro e respeitoso visam, além de reduzir a taxa de mortalidade materna e perinatal e promover a saúde materna, fornece um ambiente acolhedor no período do nascimento. Essas ações englobam as dimensões dos cuidados de saúde pré gestacional, pré-natal, período de parto e de puerpério, permitindo uma experiência positiva, segura e gratificante. Essas propostas são também defendidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), pelo Royal College Of Obstetricians And Gynaecologists do Reino Unido e pelo American College Of Obstetricians And Gynecologists dos USA (FREBRASGO- 04/04/2022).

Nesse contexto, a violência obstétrica é tida como todo ato praticado “contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva, podendo ser cometidos por profissionais de saúde, servidores públicos, profissionais técnico administrativos de instituições públicas e privadas, bem como civis” (REDE, 2012, p. 60).

Além disso, a violência obstétrica também se manifesta por meio de violência psicológica e verbal. Isso inclui tratamento desrespeitoso, humilhante e agressivo por parte dos profissionais de saúde, que podem utilizar linguagem ofensiva, menosprezar as queixas e preocupações da mulher, fazer comentários depreciativos sobre seu corpo ou sua capacidade de dar à luz. Essas atitudes contribuem para o sentimento de desvalorização e desumanização da mulher, podendo causar danos emocionais duradouros.

Outra forma de violência obstétrica é a violência institucional, que ocorre quando as instituições de saúde adotam práticas e normas que violam os direitos reprodutivos e a dignidade das mulheres. Isso pode incluir a restrição do direito à presença de acompanhantes durante o parto, a falta de privacidade, a ausência de condições adequadas de higiene e conforto, a não disponibilização de informações sobre os procedimentos realizados e a falta de comunicação clara e respeitosa.

É importante destacar que a violência obstétrica não se restringe a um grupo específico de mulheres, podendo afetar mulheres de todas as idades, raças, etnias e classes sociais. Além disso, a violência obstétrica pode ter consequências graves para a saúde física e emocional das mulheres, podendo levar a complicações no parto, à depressão pós-parto, ao trauma psicológico e até mesmo à morte materna em casos extremos.

A violência obstétrica abrange um amplo espectro de comportamentos abusivos e desrespeitosos que prejudicam a dignidade, a autonomia e a saúde das

mulheres. É fundamental compreender e combater essa forma de violência, visando garantir o pleno exercício dos direitos reprodutivos e a saúde integral das mulheres durante o processo de assistência obstétrica.

Num ambiente forense serão analisados os aspectos médicos que sejam relevantes no âmbito jurídico.

### **3 O BEM JURÍDICO TUTELADO NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

A violência obstétrica atinge um bem jurídico fundamental: a dignidade da mulher. A dignidade é um princípio constitucionalmente protegido e está intrinsecamente ligada aos direitos humanos. Através da prática da violência obstétrica, a mulher é submetida a situações degradantes, humilhantes e violadoras de sua autonomia e integridade física e psicológica. Portanto, é necessário reconhecer a gravidade dessa violência, pois afeta não apenas a esfera individual da mulher, mas também a coletividade e a sociedade como um todo.

A dignidade da mulher é um valor fundamental protegido pela legislação e pelos princípios constitucionais. Ela se baseia no reconhecimento da igualdade de todos os seres humanos e na garantia de tratamento respeitoso e justo. A violência obstétrica atinge diretamente esse princípio, pois desconsidera a autonomia e a vontade da mulher, submetendo-a a situações abusivas, desumanas e degradantes.

A violência obstétrica viola os direitos humanos das mulheres, incluindo o direito à integridade física e psicológica, o direito à saúde, o direito à liberdade, o direito à informação, o direito à não discriminação, entre outros. A mulher que sofre violência obstétrica tem sua dignidade ferida, enfrentando consequências emocionais, físicas e sociais negativas.

No contexto da assistência obstétrica, é fundamental reconhecer a importância do respeito à autonomia da mulher. Ela tem o direito de ser informada adequadamente sobre as opções de cuidado, de tomar decisões informadas sobre seu próprio corpo e de ter suas escolhas respeitadas. A violência obstétrica nega esse direito, impondo intervenções desnecessárias, procedimentos invasivos e desrespeitosos, e desconsiderando as preferências da mulher.

Além disso, a violência obstétrica também impacta a saúde física e emocional da mulher, podendo levar a complicações durante o parto, a traumatismos físicos e



psicológicos, a dificuldades na amamentação e no vínculo com o bebê, e a consequências de longo prazo para a saúde mental.

A tutela jurídica da dignidade da mulher no contexto da violência obstétrica envolve a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas, de conscientização e capacitação dos profissionais de saúde, e de mecanismos de responsabilização e reparação para as mulheres que sofrem violência obstétrica.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a gravidade da violência obstétrica como uma violação dos direitos humanos das mulheres e buscar medidas efetivas para preveni-la, responsabilizar os responsáveis e garantir a assistência obstétrica humanizada, respeitosa e baseada no respeito à dignidade da mulher. Deste modo, para que a mulher possa realizar a denúncia da violência obstétrica é

[...] necessário reunir documentos, como cópia do prontuário médico e o cartão de acompanhamento da gestação, ressaltando-se que a gestante, bem como sua família, tem direito a todos estes documentos, bastando requerer no hospital onde seu parto aconteceu (MENDES, 2019, p. 34).

Portanto, é importante serem analisados conceitos e diretrizes dos direitos humanos.

### 3.1 A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO ELEMENTO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A violência obstétrica configura-se como uma clara violação dos direitos humanos, uma vez que desrespeita os princípios da igualdade, da não discriminação, da integridade física e psicológica, do direito à saúde, da informação, do consentimento informado e da dignidade humana. Esses direitos estão assegurados em tratados internacionais e na própria CRFB/88, e sua violação merece ser enfrentada e combatida de forma enérgica.

A violência obstétrica é uma forma de violação dos direitos humanos das mulheres, pois viola princípios fundamentais estabelecidos em tratados internacionais e na legislação nacional. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência

contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) são alguns dos instrumentos internacionais que garantem a proteção dos direitos das mulheres.

A Convenção de Belém do Pará, ocorreu em 09/06/1954, tendo como signatários Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, EUA, Granada, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente, Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A violência obstétrica atinge diretamente o princípio da igualdade e não discriminação, uma vez que as mulheres são alvo dessa violência devido à sua condição de gênero. As práticas de violência obstétrica refletem estereótipos de gênero arraigados na sociedade, que desvalorizam a capacidade da mulher de tomar decisões sobre seu próprio corpo e de exercer sua autonomia. Essa discriminação de gênero perpetua desigualdades e afronta o princípio da igualdade entre homens e mulheres.

Além disso, a violência obstétrica viola o direito à integridade física e psicológica das mulheres. Essas práticas abusivas e desrespeitosas podem resultar em danos físicos, como lesões decorrentes de procedimentos invasivos desnecessários, bem como em danos psicológicos, como ansiedade, depressão e traumas pós-parto. O direito à saúde das mulheres também é comprometido, uma vez que a violência obstétrica impede o acesso a uma assistência de qualidade, segura e respeitosa Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

A informação e o consentimento informado são princípios fundamentais no contexto da violência obstétrica. As mulheres têm o direito de receber informações claras e precisas sobre os procedimentos médicos e as opções de cuidado, para que possam fazer escolhas informadas. A imposição de intervenções sem consentimento ou a falta de informação adequada são violações desse direito fundamental.

A violência obstétrica atenta contra a dignidade humana das mulheres. A dignidade é um princípio fundamental, consagrado tanto na CRFB/88 quanto em diversos tratados internacionais. A violência obstétrica submete as mulheres a situações degradantes, humilhantes e desumanas, negando sua autonomia, sua individualidade e sua dignidade como seres humanos.

Portanto, é crucial reconhecer a violência obstétrica como uma violação dos direitos humanos das mulheres e buscar mecanismos efetivos de proteção, prevenção, responsabilização e reparação. A conscientização, a formação dos profissionais de saúde, a implementação de políticas públicas adequadas e a garantia do acesso a uma assistência obstétrica humanizada são passos fundamentais para combater essa forma de violência e assegurar o pleno respeito aos direitos humanos das mulheres.

#### 4 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência obstétrica pode se manifestar de diferentes maneiras, e é importante compreender os diferentes tipos de violência que podem ocorrer durante o processo de atendimento obstétrico. O Quadro 2 apresenta os principais e mais frequentes tipos de violência obstétrica de acordo com Veloso e Serra (2016) e Rezende Filho e Montenegro (2017).

Quadro 2 – Exemplos dos principais e mais frequentes tipos de violência obstétrica

TIPOS DE VIOLÊNCIA	DESCRIÇÃO
1 - FÍSICA	Refere-se ao uso de força física, incluindo manobras invasivas e dolorosas, sem justificativa médica adequada, podendo resultar em lesões e traumas para a mulher.
2- PSICOLÓGICA	Caracteriza-se por insultos, humilhações, ameaças, tratamento desumano e desrespeitoso, que causam sofrimento emocional à gestante ou puérpera. Pode incluir a falta de comunicação adequada, o não fornecimento de informações sobre o procedimento e a não consideração das preferências da mulher.
3- VERBAL	Consiste em palavras ofensivas, deprecição, menosprezo, ridicularização ou intimidação direcionadas à mulher durante o processo de assistência obstétrica. Esse tipo de violência pode causar danos psicológicos significativos à mulher.
4- OBSTÉTRICA INSTITUCIONAL	Refere-se à violação de direitos por parte das instituições de saúde, como hospitais e maternidades, que criam normas e rotinas que desrespeitam a autonomia e os direitos reprodutivos das mulheres. Isso inclui a imposição de procedimentos médicos sem consentimento, a restrição do direito à acompanhante durante o parto e a falta de condições adequadas de higiene e conforto.
5- OBSTÉTRICA SIMBÓLICA	É a violência que ocorre através de símbolos, gestos, expressões faciais ou práticas que menosprezam a mulher e sua capacidade de decidir e participar ativamente do processo de parto. Pode incluir a imposição de procedimentos invasivos sem consentimento ou a utilização de termos e expressões que desvalorizam a experiência da mulher.

Fonte: Elaboração do Autor (2023).

É importante ressaltar que esses tipos de violência obstétrica não são excludentes e podem se manifestar de forma combinada, ampliando ainda mais os danos físicos e emocionais causados à mulher durante o processo de assistência obstétrica.

Portanto, além das implicações médicas é importante analisar os aspectos legais na área do direito, que analisa políticas sociais e econômicas, como um dever do estado.

## **5 TRATAMENTO LEGAL DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL**

No Brasil, embora não exista uma legislação específica que trate exclusivamente da violência obstétrica, diversos instrumentos normativos oferecem amparo para combater e prevenir essa prática. A Constituição Federal de 1988 (art. 186 e 198) assegura a inviolabilidade do direito à vida, à saúde, à dignidade, à integridade física e psicológica, além dos princípios da igualdade e da não discriminação. Esses direitos fundamentais são aplicáveis ao contexto obstétrico e devem ser respeitados pelos profissionais de saúde.

Além da Constituição, outros instrumentos normativos contribuem para o enfrentamento da violência obstétrica, como a Lei nº 11.108/2005 (Lei do acompanhante), que garante à mulher o direito de ter um acompanhante de sua escolha durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e a Lei nº 9.263/1996 (Lei do planejamento familiar), que estabelece a necessidade de informação e consentimento livre e esclarecido por parte da mulher em relação aos métodos contraceptivos e às práticas obstétricas.

Apesar da ausência de uma legislação específica sobre violência obstétrica, o Poder Judiciário tem se pronunciado sobre casos de violência obstétrica com base nos princípios constitucionais e em normas legais existentes. A jurisprudência tem reconhecido a violação dos direitos fundamentais das mulheres e tem aplicado sanções civis e indenizações por danos morais.

Além disso, importantes avanços têm sido realizados por meio de projetos de lei que visam a criminalização da violência obstétrica. Um exemplo é o Projeto de Lei nº 7575/2014, que tramita na Câmara dos Deputados e visa tipificar a violência obstétrica como crime. Esse projeto propõe a inclusão de um novo artigo no Código

Penal, estabelecendo penas para quem praticar condutas que configurem violência obstétrica.

Ainda no âmbito legislativo, alguns estados e municípios brasileiros têm adotado medidas para combater a violência obstétrica. Algumas unidades da federação promulgaram leis estaduais que estabelecem diretrizes para a assistência ao parto e ao nascimento, visando garantir um atendimento humanizado e livre de violência. Essas leis estaduais frequentemente reforçam o direito das mulheres ao acompanhante durante o parto, a proibição de práticas invasivas desnecessárias e a garantia de um ambiente respeitoso e seguro (art. 196 e 198 CRFB/88).

No entanto, apesar dos avanços, é preciso um esforço contínuo para promover uma mudança cultural e garantir a efetiva proteção dos direitos das mulheres no contexto da assistência obstétrica. A conscientização da sociedade, a formação adequada dos profissionais de saúde, a implementação de protocolos de atendimento humanizado e o fortalecimento dos mecanismos de denúncia e de responsabilização são fundamentais para combater a violência obstétrica.

Nesse sentido, Veloso e Serra (2016) ensinam:

Não obstante a outras formas perpetradas de violência obstétrica, as situações violadoras mais comuns são: a recusa de admissão em hospital ou maternidade, gerando a chamada peregrinação por leito: impedimento da entrada do acompanhante escolhido pela mulher: aplicação de soro com ocitocina para acelerar o trabalho de parto: episiotomia de rotina; manobra de Kristeller; cesáreas eletivas: restrição da posição do parto; violência psicológica por meio de humilhações, situações vexatórias, grosseria e comentários ofensivos: além de outros procedimentos dolorosos, desnecessários e humilhantes, tais como: uso rotineiro de lavagem intestinal (enema), retirada dos pelos pubianos (tricotomia), posição ginecológica com portas abertas, exames de toque sucessivos e por pessoas diferentes para verificar a dilatação, privação de alimentos e água, imobilização de braços e pernas, etc.

Embora não exista uma legislação específica sobre a violência obstétrica, a Constituição Federal e outras normas legais estabelecem direitos e princípios que devem ser respeitados no contexto obstétrico. A jurisprudência e os projetos de lei em tramitação refletem a crescente preocupação com a proteção das mulheres contra essa forma de violência. Contudo, é necessário avançar na promoção de políticas públicas e na conscientização da sociedade para garantir uma assistência obstétrica respeitosa, segura e livre de violência.

Para tanto, serão analisados os Projetos de lei que tramitam no Congresso.

## 5.1 PROJETOS DE LEI

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que visam a enfrentar e coibir a violência obstétrica. Essas propostas buscam estabelecer normas específicas, criar mecanismos de prevenção, capacitação e responsabilização dos profissionais de saúde, além de garantir a participação ativa e informada das mulheres durante o processo de assistência obstétrica.

É importante destacar que a aprovação e implementação desses projetos de lei podem contribuir significativamente para a redução da violência obstétrica e para a garantia dos direitos das mulheres no contexto do parto e nascimento.

Entre os projetos de lei em tramitação, destaca-se o Projeto de Lei nº 7575/2014, mencionado anteriormente, que busca criminalizar a violência obstétrica. Esse projeto propõe a inclusão de um novo artigo no Código Penal brasileiro, estabelecendo penas para quem praticar condutas que configurem violência obstétrica.

Outro projeto relevante é o Projeto de Lei nº 10.295/2018, que dispõe sobre direitos e garantias das gestantes e parturientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse projeto busca garantir o direito das mulheres a uma assistência obstétrica humanizada, segura e respeitosa, por meio de diretrizes específicas a serem seguidas pelos profissionais de saúde e pelos serviços de saúde.

Além desses projetos, há outras iniciativas legislativas que visam a promover a conscientização, prevenção e responsabilização em relação à violência obstétrica. Essas propostas abrangem desde a criação de programas de capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde até a instituição de ouvidorias especializadas para receber denúncias de violência obstétrica e acompanhar os casos reportados.

É importante ressaltar que a tramitação e aprovação de projetos de lei são processos complexos e demandam debate e negociação entre os parlamentares. A conscientização da sociedade civil, a pressão popular e o envolvimento de organizações de direitos humanos e de defesa das mulheres são fundamentais para impulsionar a discussão e a aprovação dessas propostas legislativas.

A implementação de legislação específica sobre violência obstétrica contribuiria para fortalecer o enfrentamento dessa prática, estabelecendo parâmetros

claros de conduta e punição para os casos de violência. Além disso, a existência de leis específicas pode promover a conscientização e a mudança de cultura no âmbito da assistência obstétrica, reforçando o respeito aos direitos das mulheres e a importância da humanização no cuidado durante o processo de gestação, parto e pós-parto.

Em suma, os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional representam uma importante iniciativa para combater a violência obstétrica e assegurar a proteção dos direitos das mulheres. A aprovação e implementação dessas propostas são passos necessários para fortalecer a legislação e promover mudanças efetivas no sistema de assistência obstétrica, visando garantir uma prática respeitosa, segura e digna para todas as gestantes e parturientes.

## **6 CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a violência obstétrica é uma questão que vai além do âmbito médico, sendo uma violação dos direitos humanos das mulheres. É essencial que se reconheça a gravidade dessa violência e se adotem medidas efetivas para combatê-la.

A proteção dos direitos das mulheres durante o processo de gestação, parto e pós-parto é fundamental para garantir sua dignidade, integridade física e psicológica, além de promover uma experiência positiva nesse momento tão importante de suas vidas.

Embora existam avanços na legislação brasileira, como a Lei do Acompanhante e a Lei do Planejamento Familiar, ainda é necessário um esforço conjunto para a aprovação de leis específicas que abordem a violência obstétrica de forma mais abrangente.

Além disso, a conscientização e a sensibilização dos profissionais de saúde são essenciais para a promoção de uma assistência obstétrica humanizada, respeitosa e livre de violência. A capacitação adequada, a atualização das práticas e a reflexão sobre os valores éticos e de respeito aos direitos das mulheres são passos importantes nesse processo.

A sociedade também desempenha um papel fundamental na denúncia e no combate à violência obstétrica. É necessário incentivar a divulgação de informações sobre os direitos das mulheres, encorajar a participação ativa e informada das

gestantes e parturientes na tomada de decisões relacionadas à sua saúde e ampliar a conscientização sobre a importância de um ambiente seguro e respeitoso durante o processo de assistência obstétrica.

A responsabilização penal diante da violência obstétrica é um tema que merece atenção e reflexão. A legislação e os projetos de lei em tramitação representam avanços importantes, mas é necessário um esforço contínuo para garantir a implementação efetiva dessas medidas e promover uma mudança cultural na forma como a assistência obstétrica é prestada.

A erradicação da violência obstétrica demanda uma abordagem multidisciplinar, envolvendo o sistema jurídico, os profissionais de saúde, as instituições de saúde, os movimentos sociais e a sociedade como um todo. Somente através dessa união de esforços será possível garantir o respeito aos direitos das mulheres e oferecer uma assistência obstétrica de qualidade, livre de violência e em conformidade com os princípios dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha; AGGILIO, Cristiane de Melo. Violência obstétrica: a dor que cala. *In: SEMINÁRIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3. 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, Universidade Estadual de Londrina, 2014. p. 1-7. Disponível em:

[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3\\_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf)&gt;. Acesso em: 03 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência obstétrica é violação dos direitos humanos, diz OMS**. Comissão de Direitos humanos, minorias e igualdade racial. Brasília: Câmara dos deputados, 2014. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/violencia-obstetrica-e-violacao-dos-direitos-humanos-diz-oms#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20OMS,%2C%20viol%C3%Aancia%20f%C3%ADsica%2C%20entre%20outros.> Acesso em: 06 jul. 2023.

FEBRASGO. Posicionamento FEBRASGO contra o termo violência obstétrica. **Notícias**, 4 abr. 2022. Disponível em:

<https://www.febRASGO.org.br/pt/noticias/item/1435-posicionamentofebRASGO-contra-violencia-obstetrica>. Acesso em: 19 set. 2023.

MENDES, Maria Luiza da Hora. **Violência obstétrica e dignidade da mulher: aportes para o adequado tratamento desta problemática**. v. 37, n. 37, 2019. Disponível em:



<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/7702>. Acesso em: 01 jul. 2023.

REDE, Parto do Princípio. **“Parirás com dor”**. Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20367.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023

REZENDE FILHO, Jorge de; MONTENEGRO, Carlos Alberto Barbosa. **Obstetrícia**. 13. ed. Disponível em: [https://shalomtreinamentos.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Rezende-Obstetricia-Fundamental-13\\_a-ed](https://shalomtreinamentos.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Rezende-Obstetricia-Fundamental-13_a-ed). Acesso em: 07 jul. 2023.

RODRIGUEZ, Karine. Tese faz análise histórica da violência obstétrica no Brasil. **Notícias**, (COC/Fiocruz), 20 maio 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/tese-faz-analise-historica-da-violencia-obstetrica-no-brasil#:~:text=Larissa%20finaliza%20destacando%20que%20a,racismo%20e%20a%20desigualdade%20social>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SOUZA, Larissa Velasquez de. **‘Não tem jeito**. Vocês vão precisar ouvir’ violência obstétrica no Brasil: construção do termo, seu enfrentamento e mudanças na assistência obstétrica (1970-2015). Orientada por Tania Maria Dias Fernandes. Rio de Janeiro: 2022. 244 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

VELOSO, Roberto Carvalho; SERRA, Maiane Cibeles de Mesquita. Reflexos da responsabilidade civil e penal nos casos de violência obstétrica. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. v.2, n.1. e-ISSN: 2526-0111. Brasília, 2016. p. 257-277. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/911/905>. Acesso em: 01 jul. 2023.